

A CONQUISTA DO PODER PELA BURGUESIA

Norma Felicidade L. da SILVA

Se às cidades coube, na alta Idade Média, legislar regularmente as atividades econômicas locais, agora é o Estado a quem cabe proteger a indústria e o comércio dos seus súditos, circunscrevendo aos limites do território nacional as linhas de ação contra a concorrência estrangeira.

Inspirada nos exemplos das cidades, a política econômica monárquica será uma política urbana estendida aos limites do Estado, conservando o caráter protecionista de que se impregnara as primeiras, apoiada pela Burguesia.

Com a ascensão da Burguesia desenvolvem-se novas indústrias, estabilizam-se os mercados nacionais, liberta-se de entraves e obstáculos o comércio local e o comércio exterior recebe proteção e ajuda.

Este foi o primeiro passo na conquista do poder pela Burguesia, mediante o qual esta não realiza diretamente uma revolução, mas limita-se a apoiar a ação revolucionária de reis e imperadores.

A conquista do poder pela Burguesia tornou-se inevitável, quando os reis, que ela levou à autoridade suprema, a traiçoearam, aliando-se com a Nobreza vencida.

A Monarquia foi o primeiro refúgio da Burguesia contra os privilégios feudais, a exploração pelos nobres, e a exceção que estes gozavam quanto aos cargos fiscais. Foi uma solução temporária. As forças opostas ao feudalismo apoiaram durante certo tempo a Monarquia; mas quando o monarca, liberto das limitações que lhe impunha a senhoria feudal, se rodeou dessa mesma senhoria, da qual nada tinha já que temer, para fazer frente aos Burgueses, cuja força aumentava dia a dia, estes tiveram que voltar-se para atacar a posição assumida pelo rei.

A senhoria feudal vencida, transformou-se em nobreza cortesã, isto é, numa classe parasitária de servidores e aduladores do rei.

A nobreza cortesã já não ocupa uma função social útil; visto que abandona as responsabilidades militares, políticas e administrativas que lhe estavam confiadas durante a etapa feudal.

Ao transferirem-se os nobres para as cortes, a administração das suas vastas propriedades fica nas mãos de encarregados ou administradores, cessando os proprietários de exercer a sua função de superintendência e direção da agricultura.

Latifundismo e absentismo manifestam-se, pois, em toda a sua irritante nudez. O caráter parasitário dos grandes proprietários de terras torna-se cada vez mais evidente aos olhos dos camponeses e dos vilões.

Para suprir a diminuição das rendas dos seus cortesãos, o rei usava brindá-los com todo o gênero de presentes. A liberalidade da Coroa paracom a Nobreza aumentou extraordinariamente as despesas da corte. Esse aumento dos gastos requereu novos impostos, que foram ferir os interessescapitalistas da Burguesia. Assim, o parasitismo cortesão gravitou pesadamente sobre os homens do povo em geral e, em particular, sobre os comerciantes, industriais e financistas, que possuíam um capital coletável.

Os cargos feudais sobreviveram aos senhores feudais, que tinham desaparecido ao tornarem-se socialmente inúteis. Estes cargos transformaram-se, então, nos privilégios dos nobres, que não prestavam os serviços sociais para os quais esses privilégios tinham sido a paga. Atacados violentamente pelos burgueses, e defendidos com energia pelos feudatários, os privilégios feudais foram de efinitivamente abolidos, principalmente na França, pela revolução burguesa de 1789.

A derrota política dos nobres às mãos dos reis, que os tornou humildes perante o monarca, em nada diminuiu a sua insolência nem limitou a sua arrogância frente à Burguesia. Entre o capital dos proprietários de terras e o ouro dos burgueses, por conseguinte, não cristalizou nenhuma aliança. Pelo contrário, os laços de sangue e o espírito de classe, que o rei e os nobres tinham em comum, produziram a união do primeiro com os últimos para enfrentar as ambições da Burguesia.

Dessa maneira, os esforços da Burguesia para conquistar um plano de igualdade com respeito à Nobreza foram frustados; e os burgueses, fracassados no seu primeiro empenho, não tiveram mais saída do que aproximarem-se do povo, dos camponeses e da plebe, para fomentar uma nova revolução, que os libertasse ao mesmo tempo dos nobres e do seu antigo aliado, o rei.

Assim surgiu o processo que culminou nas revoluções burguesas.

Os burgueses estavam convencidos de que só assumindo diretamente o poder conseguiriam as garantias políticas indispensáveis para o desenvolvimento e prosperidade das suas empresas. Começa, então, novamente, a forjar-se nas cidades uma doutrina revolucionária.

A nova ideologia já não virá a defender a autoridade absoluta dos monarcas, e muito menos a proclamar o seu direito divino; mas, pelo contrário, terá de apresentar argumentos para rebater essas teorias.

Na luta que se avizinha, a Burguesia encontrará a Igreja unida ao poder real, com o qual se identificará em virtude da doutrina do governo por direito divino, que adquirira extraordinário relevo. O movimento revolucionário da intelectualidade burguesa não poderá, por conseguinte, ser unicamente político, mas levará implicitamente a uma reforma religiosa. Daí seu racionalismo.

Uma vez mais a ideologia crítica dos centros urbanos se estenderá a todo o território nacional, conquistando o apoio dos camponeses e do povo em geral.

Como a Burguesia necessitasse ainda mais do que antes do concurso popular, as novas doutrinas políticas se fazem simpáticas ao povo no seu conjunto, e não unicamente aos detentores do capital.

Sob o governo dos reis absolutos, verificou-se a unidade nacional, fundindo todos os habitantes do Estado numa consciência comum. O povo unido, e identificado com o novo conceito de nação, torna-se então a força com que contará a Burguesia para levar a cabo a revolução.

Ao mito da soberania real por direito divino, opor-se-á, agora, o mito da soberania nacional.

E para que o povo uma vez mais se entusiasmasse ao ponto de chegar à rebelião e aos sacrifícios, tornou-se necessário pregar-lhe doutrinas universais de igualdade, de fraternidade e de liberdade política. Para estimular ainda mais o zelo revolucionário, tornou-se indispensável oferecer-lhe uma intervenção direta no futuro governo.

A partir desse momento, a Burguesia toma o poder só para si, e não mais o larga.